

Entre técnica e política: arqueogenetologia do discurso da dignidade salarial

Between technique and politics: archaeogenalogy of the discourse of wage dignity

Entre técnica y política: arqueogenetología del discurso de la dignidad salarial

Thiago Barbosa Soares¹

Resumo: O presente artigo investiga as relações de saber-poder inscritas no discurso jornalístico presente na notícia “Palmas precisa de um salário mínimo de R\$ 6.200 para garantir padrão digno de vida, aponta levantamento com base no custo da cesta básica” (Cappelless, 2025). A problemática ultrapassa a dimensão econômica e revela um campo de disputas discursivas em que técnicas estatísticas, saberes especializados e narrativas midiáticas produzem verdades, moldam subjetividades e legitimam racionalidades políticas. O objetivo central é examinar como a notícia veiculada pelo Diário Tocantinense opera como dispositivo de poder, articulando dimensões técnicas e políticas na definição de parâmetros de dignidade. Para tanto, adota-se o método arqueogenalógico da análise do discurso, mobilizando os conceitos de subjetivação, objetivação e governamentalidade. A investigação demonstra que a subjetivação se manifesta pela constituição do trabalhador como sujeito carente, cuja experiência é traduzida em diagnósticos técnicos por especialistas; a objetivação aparece na redução da vida a indicadores econômicos, como horas de trabalho e custo da cesta básica; e a governamentalidade revela-se na pedagogia do cálculo técnico, que naturaliza a equivalência entre vida e mercado. Os resultados indicam que, embora a cifra de R\$ 6.200 denuncie a defasagem salarial, também atua como operador político de manutenção da racionalidade neoliberal, reforçando a monocultura do saber econômico e confinando o imaginário político ao ajuste técnico. Portanto, a arqueogenetologia do salário mínimo palmense compreende não apenas um déficit material, mas uma crise de imaginário, na qual a dignidade humana é capturada por métricas monetárias.

Palavras-chave: discurso; arqueogenetologia; salário mínimo; dignidade; neoliberalismo.

Abstract: This article investigates the relations of knowledge and power inscribed in the journalistic discourse of the news report “Palmas precisa de um salário mínimo de R\$ 6.200 para garantir padrão digno de vida, aponta levantamento com base no custo da cesta básica” (Cappelless, 2025). The issue goes beyond the economic dimension and reveals a field of discursive disputes in which statistical techniques, specialized knowledge, and media

¹ Universidade Federal do Tocantins (UFT), Palmas, TO. Brasil, thiago.soares@mail.uft.edu.br.

narratives produce truths, shape subjectivities, and legitimize political rationalities. The central objective is to examine how the news published by Diário Tocantinense operates as a dispositif of power, articulating technical and political dimensions in the definition of parameters of dignity. To this end, the archaeogenealogical method of Discourse Analysis is adopted, mobilizing the concepts of subjectivation, objectivation, and governmentality. The analysis demonstrates that subjectivation manifests itself through the constitution of the worker as a needy subject, whose experience is translated into technical diagnoses by specialists; objectivation appears in the reduction of life to economic indicators, such as working hours and the cost of the basic food basket; and governmentality reveals itself in the pedagogy of technical calculation, which naturalizes the equivalence between life and the market. The results indicate that, although the figure of R\$ 6,200 denounces the wage gap, it also acts as a political operator of maintenance of neoliberal rationality, reinforcing the monoculture of economic knowledge and confining the political imaginary to technical adjustment. Therefore, the archaeogenealogy of the minimum wage in Palmas reveals not only a material deficit, but also a crisis of the imaginary, in which human dignity is captured by monetary metrics.

Keywords: discourse; archaeogenealogy; minimum wage; dignity; neoliberalism.

Resumen: El presente artículo investiga las relaciones de saber-poder inscritas en el discurso periodístico de la noticia “Palmas precisa de um salário mínimo de R\$ 6.200 para garantir padrão digno de vida, aponta levantamento com base no custo da cesta básica” (Cappellessos, 2025). La problemática trasciende la dimensión económica y revela un campo de disputas discursivas en el que técnicas estadísticas, saberes especializados y narrativas mediáticas producen verdades, configuran subjetividades y legitiman racionalidades políticas. El objetivo central es examinar cómo la noticia publicada por el Diário Tocantinense opera como un dispositivo de poder, articulando dimensiones técnicas y políticas en la definición de parámetros de dignidad. Para ello, se adopta el método arqueogenéalógico del Análisis del Discurso, movilizando los conceptos de subjetivación, objetivación y gubernamentalidad. El análisis demuestra que la subjetivación se manifiesta en la constitución del trabajador como sujeto carente, cuya experiencia es traducida en diagnósticos técnicos por especialistas; la objetivación aparece en la reducción de la vida a indicadores económicos, como las horas de trabajo y el costo de la canasta básica; y la gubernamentalidad se revela en la pedagogía del cálculo técnico, que naturaliza la equivalencia entre vida y mercado. Los resultados indican que, aunque la cifra de R\$ 6.200 denuncia la defasaje salarial, también actúa como operador político de mantenimiento de la racionalidad neoliberal, reforzando la monocultura del saber económico y confinando el imaginario político al ajuste técnico. Por lo tanto, la arqueogenéalogía del salario mínimo palmense comprende no solo un déficit material, sino también una crisis del imaginario, en la cual la dignidad humana es capturada por métricas monetarias.

Palabras-clave: discurso; arqueogenéalogía; salario mínimo; dignidad; neoliberalismo.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A problemática do valor do salário mínimo no Brasil transcende os limites de uma simples questão econômica: ela mobiliza discursos técnicos, políticos e sociais que disputam a definição do que se considera uma vida digna. Em cidades como Palmas, TO – onde o custo de vida é relativamente alto segundo estudos oficiais, uma vez que esses apontam que seriam necessários R\$ 6.200 para garantir um padrão básico de subsistência –, parece crescer a distância entre o valor oficial e o custo real de vida, revelando tensões estruturais que atravessam o tecido social. Mais do que números, trata-se de verdades construídas e legitimadas por diferentes saberes, da estatística à nutrição, da economia à sociologia, que, ao mesmo tempo em que denunciam desigualdades, reforçam regimes de poder. É nesse cruzamento entre cálculo técnico e governabilidade dos corpos que se inscreve o percurso analítico proposto neste texto.

Diante desse direcionamento, em um cenário contemporâneo marcado por profundas desigualdades socioeconômicas, a notícia intitulada “Palmas precisa de um salário mínimo de R\$ 6.200 para garantir padrão digno de vida, aponta levantamento com base no custo da cesta básica”, publicada no portal virtual Diário Tocantinense, em 22 de julho de 2025, emerge como um ponto de partida privilegiado para a reflexão crítica acerca das relações de saber-poder² contemporâneas. Ao apresentar um valor salarial ideal calculado segundo parâmetros técnicos, inspirados na metodologia do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a matéria não apenas evidencia a defasagem estrutural entre a remuneração vigente e o custo real de subsistência, bem como explicita a operação de dispositivos de verdade que articulam discursos econômicos, políticos e sociais (Foucault, 2012).

Por meio da combinação de dados estatísticos, vozes especializadas e relatos cotidianos, pode-se construir um regime de visibilidade que, ao mesmo tempo que denuncia

² De acordo com Foucault (2014, p. 31), “[...] poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder”. Assim, o emprego da composição nocional poder-saber, bem como saber-poder, refere-se justamente a tal implicação direta entre um e outro e, como é possível perceber neste artigo, abrange um conjunto enorme de fatores veiculados no discurso.

a insuficiência do salário mínimo nacional, reforça a autoridade de determinados saberes periciais, em especial da economia e da sociologia, na definição do que se entende por “vida digna”. Tal produção de conhecimento, longe de ser neutra, insere-se em um campo de disputas no qual se negociam legitimidades discursivas, governa-se a vida dos corpos e mantêm-se hierarquias sociais (Santos, 2010; Dardot; Laval, 2017). Dessa forma crítica, a investigação que aqui se empreende, busca compreender de que modo o discurso jornalístico, ao veicular certas verdades e silenciar outras, participa ativamente na regulação biopolítica da vida (Agamben, 2004), naturalizando ordens econômicas excludentes e delineando parâmetros de normalidade que condicionam a experiência social do trabalho e da sobrevivência. Ao articular as perspectivas de Foucault (2014) sobre os regimes de verdade, Santos (2010) sobre a “monocultura do saber”, e de Brown (2015) sobre a racionalidade neoliberal, pretende-se problematizar os mecanismos pelos quais um artefato aparentemente técnico, o cálculo do salário mínimo necessário, converte-se em instrumento político, disciplinando corpos e produzindo subjetividades.

Diante do exposto, este artigo tem como propósito examinar as relações de saber-poder inscritas na notícia “Palmas precisa de um salário mínimo de R\$ 6.200 para garantir padrão digno de vida, aponta levantamento com base no custo da cesta básica” (Cappelesso, 2025), tomando como referência o método arqueogenalógico da análise do discurso e alguns de seus conceitos centrais. Para fins de organização, este texto está estruturado em duas seções principais, além das considerações iniciais: considerações teórico-metodológicas, em que são apresentadas as noções como subjetivação, objetivação e governamentalidade; e análise: arqueogenalogia do salário mínimo palmense, na qual tais operadores são mobilizados para descrever e interpretar os modos de funcionamento do poder-saber na matéria jornalística em questão. Por fim, nas considerações finais, apresenta-se as contribuições decorrentes do percurso crítico desenvolvido.

2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

A investigação proposta e apresentada neste artigo está apoiada em três operadores interpretativos centrais oriundos das obras de Michel Foucault (2004, 2008, 2012), a

subjetivação, a objetivação e a governamentalidade, os quais são mobilizados de forma articulada para desvendar as relações de saber-poder que permeiam o discurso jornalístico presente na matéria “Palmas precisa de um salário mínimo de R\$ 6.200 para garantir padrão digno de vida, aponta levantamento com base no custo da cesta básica” (Cappelesso, 2025). Tais conceitos não são meras categorias descritivas, antes, são ferramentas analíticas que permitem compreender como se constituem os sujeitos, como são produzidas as verdades e como se exercem formas de governo sobre as condutas individuais e coletivas na conjuntura neoliberal, conforme destaca Soares (2025).

O primeiro operador, a subjetivação, refere-se aos processos pelos quais os indivíduos são constituídos como sujeitos, tanto pela ação de mecanismos externos de poder quanto por práticas de si mesmos. Como afirma Foucault (2004, p. 290), “o sujeito é constituído através de práticas de subjugação ou, mais autonomamente, através de práticas de liberação”. Neste estudo interessa particularmente como o discurso jornalístico participa da produção de subjetividades ao veicular determinadas verdades sobre o que significa viver com dignidade, naturalizando certos modos de ser, de consumir e de aspirar a um padrão de vida. A subjetivação opera, assim, na interface entre a imposição de normas sociais e a adesão subjetiva a essas normas, conformando desejos, expectativas e autoimagens. Como observa Veiga-Neto (2003, p. 112), “é pelo discurso que nos tornamos o que somos e é também por ele que podemos nos tornar outros”.

Já a objetivação diz respeito aos mecanismos pelos quais os seres humanos são transformados em objetos de conhecimento e intervenção, tornando-se alvos de saberes e práticas que os classificam, medem, compararam e normalizam. Foucault (2012, p. 47) destaca que “o homem é uma invenção recente, uma figura que não tem dois séculos, um simples vinco em nosso saber, e que desaparecerá tão logo este encontre uma forma nova”. Na conjuntura deste artigo a objetivação se manifesta no tratamento do trabalhador como um ente quantificável, cuja dignidade é reduzida a um cálculo monetário baseado na cesta básica. Esse processo converte a experiência concreta da vida em dados estatísticos, esvaziando-a de sua complexidade política e histórica. Como alerta Santos (2010, p. 45), “a objetivação técnica

esconde a violência simbólica da exclusão, naturalizando a pobreza como um dado e não como um produto de relações sociais desiguais”.

Por fim, mas não menos importante, a governamentalidade, talvez o conceito mais abrangente dos três, designa a arte de governar que emerge na modernidade, caracterizada pela articulação entre técnicas de poder que visam a condução das condutas e rationalidades políticas que as justificam. Foucault (2008, p. 144) define-a como “o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bastante específica e complexa de poder que tem como alvo principal a população”. No caso em análise, a governamentalidade neoliberal se manifesta na forma como o Estado delega, a organismos técnicos e midiáticos, a tarefa de definir parâmetros de vida digna, gerenciando a população não pela coerção direta, mas pela produção de consensos em torno de verdades apresentadas como neutras e objetivas. Como assinalam Dardot e Laval (2017, p. 312), “a governamentalidade neoliberal não é apenas um governo da economia, mas um governo pela economia, que transforma todos os aspectos da vida em capital a ser gerido”.

A articulação entre subjetivação, objetivação e governamentalidade permite compreender como o discurso jornalístico sobre o salário mínimo opera simultaneamente em três registros de articulação das relações de saber-poder: a) na produção de um sujeito trabalhador que internaliza a lógica do cálculo econômico como parâmetro de sua própria dignidade; b) na conversão da vida humana em objeto de conhecimento técnico, passível de ser medido e comparado; e c) na legitimação de uma forma de governo que administra a população por meio de mecanismos aparentemente neutros, mas profundamente políticos. Como sintetiza Brown (2015, p. 122), “a rationalidade neoliberal não economiza o político; ela o dissolve na gestão técnica da vida”.

Para operacionalizar tais conceitos, adota-se uma perspectiva arqueogeneariológica da análise do discurso, que combina a descrição das condições de produção e emergência dos enunciados com a investigação dos jogos de saber-poder que os tornam possíveis (genealogia). Trata-se, assim, de examinar não apenas o que o texto diz, mas como ele diz, para quem e com quais efeitos de verdade e poder. Tal como afirma peremptoriamente

Foucault (2012, p. 179), “a arqueologia pretende definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos; mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras”. Nesse direcionamento, a notícia acerca do salário mínimo em Palmas foi tratada como um dispositivo que articula saberes, poderes e subjetividades, produzindo efeitos de verdade que precisam ser desnaturalizados, portanto, extraídos de sua rede de saber-poder para viabilizar um processo interpretativo verticalmente crítico.

A análise que se segue dedica-se, portanto, a perscrutar os enunciados que compõem a notícia em questão, tratando-os como práticas discursivas que não apenas descrevem uma realidade socioeconômica, antes, instituem-na e a normalizam. Mobilizando os operadores conceituais previamente apresentados, subjetivação, objetivação e governamentalidade, buscou-se desmontar os mecanismos pelos quais o discurso jornalístico presente em “Palmas precisa de um salário mínimo de R\$ 6.200 para garantir padrão digno de vida, aponta levantamento com base no custo da cesta básica” (Cappelesso, 2025) opera como dispositivo de saber-poder. Assim, o objetivo, tal como apresentado, não foi avaliar a veracidade empírica dos números divulgados, mas depreender como tais números são transformados em verdades dotadas de autoridade, capazes de orientar condutas, moldar subjetividades e sustentar a racionalidade neoliberal contemporânea.

3 ANÁLISE: ARQUEOGENEALOGIA DO SALÁRIO MÍNIMO PALMENSE

Nesta seção, empreende-se, segundo o método arquegenealógico da análise do discurso, uma investigação das relações de saber-poder inscritas na notícia “Palmas precisa de um salário mínimo de R\$ 6.200 para garantir padrão digno de vida, aponta levantamento com base no custo da cesta básica” (Cappelesso, 2025), publicada no portal virtual Diário Tocantinense em 22 de julho de 2025. Para dar início ao procedimento aqui proposto, cabe, antes da apresentação de qualquer outro elemento, passar em revista pelo periódico veiculador da referida matéria jornalística, o Diário Tocantinense.

À luz do arcabouço teórico-metodológico da análise arquegenealógica do discurso, o Diário Tocantinense configura-se como um dispositivo midiático estratégico, operando como

um mecanismo complexo de produção de verdade e exercício de poder no contexto regional tocantinense. Conforme explicam Soares e Boucher (2024, p. 47), “O dispositivo, conforme seu domínio de atuação, coloca em marcha uma ou mais formações discursivas, a depender das relações de poder segundo as quais seu funcionamento dá-se no circuito social”. Assim, por meio de sua curadoria editorial, que privilegia temas como agroeconomia, custo de vida e política estadual, o portal institui um regime de visibilidade que, simultaneamente, revela e oculta: conferindo autoridade a discursos técnicos – como os do Dieese e de economistas – e enquadrando a experiência vivida da população em métricas economicistas; ao mesmo tempo que marginaliza saberes não hegemônicos e naturaliza a lógica de mercado como parâmetro único para aferir uma vida digna.

Essa atuação articula saber e poder, conectando instituições, especialistas e agentes políticos e econômicos, e atua como tecnologia de governamentalidade neoliberal, interpellando o cidadão primordialmente como um sujeito econômico, consumidor e gestor de sua própria subsistência. Ao noticiar a defasagem salarial e o custo da cesta básica o veículo não apenas informa, mas performa uma biopolítica: discute e gerencia a vida biológica da população, diagnosticando corpos subnutridos e normalizando condutas mediante a enunciação de um “ideal” a ser alcançado.

Dessa forma, o jornal longe está de ser um espelho neutro da realidade; é um agente ativo que participa da regulação social, definindo o que é dizível, legítimo e desejável na ordem regional, reforçando, assim, estruturas de saber-poder preexistentes sob o véu da objetividade jornalística e do cálculo técnico. Vista uma descrição significativa do dispositivo midiático no qual a notícia sob exame se encontra, volta-se agora exclusivamente para o texto jornalístico em questão, tal como se verifica o texto, a seguir, em sua integralidade.

Palmas precisa de um salário mínimo de R\$ 6.200 para garantir padrão digno de vida, aponta levantamento com base no custo da cesta básica

Cálculo proporcional ao levantamento do Dieese revela defasagem estrutural entre o piso nacional e o custo real de vida na capital do Tocantins. Especialistas alertam para quadro de insegurança alimentar crônica, empobrecimento da dieta e risco de exclusão social.

O salário mínimo necessário para garantir o sustento básico de uma família de quatro pessoas em Palmas deveria ser de R\$ 6.200, segundo estimativa proporcional ao custo da cesta básica na capital tocantinense, divulgada com base nos critérios metodológicos do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e

Estudos Socioeconômicos). O valor supera em mais de quatro vezes o atual piso nacional, fixado em R\$ 1.518, e expõe o descompasso entre o poder de compra da população e o custo real da sobrevivência em uma das cidades que mais crescem na Região Norte.

Apesar de a cesta básica local ter apresentado recuo de 1,92% no último mês, passando a custar R\$ 765,80, o alívio pontual nos preços não se converteu em melhora no cotidiano das famílias. A alimentação básica ainda consome 54,7% do salário líquido do trabalhador que recebe o piso nacional, o que equivale a 117 horas e 6 minutos de jornada mensal — ou seja, mais de 14 dias de trabalho apenas para garantir comida na mesa.

O recuo no valor da cesta foi puxado por quedas no arroz, tomate e óleo de soja. Entretanto, os produtos com maior peso e menor substituição continuam em trajetória de alta. A carne bovina subiu 1,2%, o leite longa vida, 0,9%, e o pão francês, 0,6%. Juntos, esses três itens representam mais de 40% do custo total da cesta.

Para a economista e pesquisadora em políticas públicas Jussara Lobo, a situação de Palmas é um retrato do que ocorre nas regiões de transição entre o Norte e o Centro-Oeste: custo logístico elevado, oferta limitada de hortifrútils e dependência de cadeias externas de abastecimento.

“Palmas tem crescimento urbano, mas ainda vive o dilema de abastecimento regional. O arroz vem do Sul, a carne é exportada para fora, o leite depende de uma indústria concentrada. Isso eleva o preço final ao consumidor e comprime o poder de compra”, afirma.

Em bairros como Taquari, Aureny I e Santo Amaro, a defasagem do salário mínimo é visível nas escolhas alimentares. O pedreiro Valdecir Dias, 51 anos, conta que deixou de consumir carne há dois meses. “A gente vai no mercado e sai com duas sacolas por R\$ 150. Não dá. Agora é arroz, farinha e ovo. Fruta virou lembrança”, diz.

A diarista Rosa Batista, mãe de três filhos, confirma a tendência: “Compro leite para as crianças e o resto a gente improvisa. Deixo o almoço dos adultos para mais tarde para ver se aguentamos com uma refeição só.”

Esses relatos preocupam profissionais da saúde. Segundo a nutricionista clínica Letícia Rezende, a substituição forçada de proteínas e frutas por carboidratos baratos configura uma forma crônica de subnutrição.

“É a chamada fome disfarçada. Não é a ausência total de alimentos, mas a ausência de nutrientes. A longo prazo, isso causa anemia, fadiga, perda de concentração e aumento do risco de doenças metabólicas. Crianças são as mais afetadas.”

O valor de R\$ 6.200 foi calculado com base na metodologia do Dieese, que mensalmente divulga o salário mínimo ideal com base na cesta mais cara do país (São Paulo, atualmente em R\$ 896,15). Proporcionalmente, considerando o custo de vida de Palmas, o valor projetado para a capital do Tocantins considera alimentação, moradia, transporte, educação, vestuário, saúde e lazer — todos em valores compatíveis com padrões mínimos de dignidade.

Para o sociólogo e consultor legislativo Carlos Henrique Batista, o dado técnico precisa ser compreendido como norte para políticas públicas, e não como proposta imediata de reajuste.

“O número serve para dimensionar a distância entre o que se ganha e o que se precisa para viver com dignidade. Ele é pedagógico. Mostra que a atual política de valorização do salário mínimo está defasada frente à inflação real das famílias pobres.”

O levantamento mostra que o tempo de trabalho necessário para adquirir os alimentos da cesta básica em Palmas é de 117 horas e 6 minutos por mês. Isso

significa que o trabalhador gasta 14 dias úteis, considerando uma jornada de 8 horas diárias, só para comprar comida. Com o restante, precisa pagar energia, água, gás, transporte, aluguel e outros itens essenciais.

Para o economista Adriano Sales, o dado comprova a perda contínua do poder de compra.

“Mesmo com deflação pontual nos alimentos, o custo de vida sobe em outras áreas. O gás de cozinha passou de R\$ 130. A energia elétrica teve alta. Se o trabalhador compromete mais da metade do que ganha só com comida, ele está tecnicamente fora da linha de dignidade.”

Com a pressão inflacionária nos estados do Norte e Centro-Oeste, cresce a discussão sobre a criação de salários mínimos regionalizados ou complementos estaduais em formato de vale-alimentação. A proposta já tramita no Congresso e tem apoio parcial de frentes parlamentares da agricultura familiar, da economia solidária e de combate à fome (Cappelesso, 2025).

A notícia que trata do cálculo de um salário mínimo ideal de R\$ 6.200, necessário para garantir condições básicas de vida em Palmas, apresenta-se como um dispositivo privilegiado para a análise das relações de saber-poder. À primeira vista o texto jornalístico parece apenas relatar dados técnicos produzidos a partir da metodologia do Dieese; no entanto, em uma perspectiva arqueogenéalogica, observa-se que ele institui verdades e fabrica subjetividades, articulando-se a um regime discursivo que dá visibilidade a determinadas rationalidades enquanto silencia outras.

O primeiro operador interpretativo considerado é a subjetivação: os trabalhadores entrevistados, o pedreiro que abandona a carne, a diarista que adia refeições e as mães que improvisam dietas são constituídos como sujeitos pela própria narrativa jornalística, que os inscreve em uma economia de precariedade. Eles não falam por si, suas vozes são recolhidas e enquadradas por especialistas, que conferem inteligibilidade às suas falas, traduzindo experiências de carência em diagnósticos nutricionais, sociológicos ou econômicos. Nesse direcionamento, o sujeito trabalhador é interpelado como carente, como corpo em falta, ajustando-se discursivamente a uma posição de vulnerabilidade que legitima a necessidade da intervenção técnica.

Esse mecanismo de subjetivação opera por meio de uma dupla captura: por um lado, humaniza o sofrimento ao dar rosto e voz aos afetados, mas, por outro, converte-os em exemplos ilustrativos de um cálculo macroeconômico mais amplo. A fala do pedreiro Valdecir Dias – que substitui a carne por ovos e farinha, e o relato da diarista Rosa Batista – que reorganiza as refeições familiares em função da escassez, são incorporados ao discurso

noticioso não como expressões autônomas de resistência ou crítica, antes, como sintomas a serem decifrados e geridos por instâncias especializadas. A nutricionista clínica, a economista e o sociólogo surgem como intérpretes autorizados dessas experiências, transcrevendo a privação material em linguagens técnicas, como “insegurança alimentar”, “subnutrição crônica” ou “déficit de poder de compra”, o que, ainda que bem-intencionado, reforça a assimetria entre quem vive o problema e quem o nomeia, bem como diagnostica e propõe soluções.

Nesse gesto interpretativo, consolida-se aquilo que Foucault (2008) identifica como o jogo fundamental do biopoder: a administração da vida através de mecanismos que simultaneamente a tornam visível, mensurável e governável. O salário ideal de R\$ 6.200 não é apenas um número, é um instrumento normativo que define o limiar entre a vida digna e a vida indigna; entre o corpo nutrido e o corpo deficiente; entre o cidadão incluído e o excluído. Ao quantificar a dignidade o discurso técnico-jornalístico produz uma verdade que, embora aparentemente neutra, é profundamente política, pois naturaliza certos parâmetros de consumo, saúde e bem-estar como universais e desejáveis, mascarando seu caráter historicamente situado e socialmente contestável. A própria noção de “cesta básica” como métrica do suficiente é, ela mesma, um artefato de saber-poder que reduz a complexidade da vida humana a um conjunto de produtos padronizados, ignorando dimensões simbólicas, culturais e afetivas da existência.

O segundo operador, a objetivação, pode ser percebido quando a vida é reduzida a indicadores econômicos: horas de trabalho, porcentagem da renda comprometida com alimentação, índices de inflação. A dignidade humana aparece quantificada em cifras que estabelecem fronteiras entre o que é considerado viver ou não com dignidade. A chamada “fome disfarçada”, diagnosticada pela nutricionista, exemplifica esse movimento de transformar corpos concretos em objetos de saber e gestão, traduzindo a experiência de privações múltiplas em categorias mensuráveis de saúde e nutrição. Trata-se de um processo que, como lembra Foucault (2004), insere os indivíduos em jogos de saber-poder que os classificam, normalizam e tornam governáveis.

Tal redução da existência a métricas economicistas não é ingênuo; é uma tecnologia política que converte questões profundamente sociais, históricas e afetivas em problemas técnicos a serem geridos. Ao calcular que um trabalhador precisa dedicar 117 horas e 6 minutos de trabalho mensal apenas para adquirir alimentos básicos, o discurso hegemônico opera uma dupla violência simbólica: primeiro, naturaliza a lógica de que o tempo de vida deve ser necessariamente trocado por sobrevivência, obliterando qualquer questionamento sobre a própria estrutura que produz essa desigualdade. Segundo, redefine a noção de dignidade não como um direito inalienável, mas como um patamar a ser alcançado mediante desempenho econômico individual. A vida, assim objetivada, deixa de ser um fenômeno complexo e singular para se tornar um dado ajustável, comparável e, sobretudo, responsabilizável. O sujeito que não atinge esses indicadores é tacitamente interpretado como falho, ineficiente ou improdutivo, em uma inversão perversa que culpabiliza a vítima pela própria precariedade.

A “fome disfarçada”, nesse contexto, é mais do que um conceito nutricional; é um instrumento de biopoder que permite interceptar a fome real – com toda sua carga de dor, angústia e exclusão – e recodificá-la como “deficiência nutricional” ou “insegurança alimentar”. Essa tradução não é neutra: ao medicalizar a fome transfere-se o problema do campo da justiça social para o domínio técnico-científico, onde especialistas detêm a autoridade para diagnosticar, intervir e propor soluções. Os corpos que comem mal, que substituem proteínas por carboidratos, que omitem frutas e vegetais, tornam-se alvos de políticas públicas, campanhas educativas e programas de suplementação, mas raramente são vistos como sujeitos políticos portadores de demandas radicais por transformação social. A objetivação, portanto, ao mesmo tempo em que revela a crueza dos números, oculta a materialidade do sofrimento, esvaziando-o de sua potência crítica e confinando-o à esfera da gestão técnica.

Essa racionalidade governamental, como bem analisa Foucault (2008), é característica das sociedades neoliberais, nas quais o mercado se torna o princípio organizador não apenas da economia, mas da vida em sua totalidade. O cálculo do salário mínimo ideal é exemplar: ele não questiona a mercantilização da existência, mas a aprofunda, propondo que a solução

para a injustiça social seja simplesmente ajustar o valor da força de trabalho no mercado e não superar a lógica que reduz seres humanos a unidades de produção e consumo. A objetivação, nesse sentido, é um mecanismo chave para sustentar a governamentalidade neoliberal, pois substitui a política, como espaço de conflito e deliberação sobre o comum, pela administração técnica de indicadores. O que está em jogo, portanto, não é apenas a precisão dos números, mas o modo como eles produzem realidade, conformam subjetividades e perpetuam, sob o manto da neutralidade científica, as próprias estruturas de poder que pretendem denunciar.

É nesse ponto que emerge a explicitude do terceiro operador, a governamentalidade, entendido como a racionalidade que conduz condutas sem recorrer necessariamente à coerção direta. O cálculo do salário mínimo, apresentado como parâmetro “pedagógico” e não como proposta de reajuste imediato, governa ao estabelecer horizontes de expectativa e padrões normativos de vida. Ao mesmo tempo em que denuncia a defasagem entre renda e custo de vida, naturaliza a ideia de que a dignidade pode ser traduzida em um valor monetário, orientando tanto políticas públicas quanto práticas cotidianas dos trabalhadores. O discurso jornalístico, ao legitimar o Dieese como autoridade incontestável, reforça aquilo que Santos (2010) denomina monocultura do saber: a elevação de uma epistemologia técnico-econômica à condição de verdade única, obscurecendo outras formas de conceber o bem-viver, como perspectivas comunitárias, culturais ou ecológicas.

Essa racionalidade governamental age de forma sutil, mas profundamente eficaz, moldando não apenas políticas de Estado, mas também a subjetividade dos indivíduos, que passam a internalizar a lógica do cálculo econômico como parâmetro único para avaliar suas próprias vidas. Ao propor um valor ideal, R\$ 6.200, como sinônimo de dignidade, o dispositivo midiático-técnico opera uma naturalização perversa: a ideia de que a solução para a exclusão está na adequação aos imperativos do mercado e não na transformação das estruturas que produzem a desigualdade. A governamentalidade neoliberal, como Foucault (2008) bem destaca, não suprime o Estado; antes, instrumentaliza-o para gerir a população de acordo com lógicas mercantis, criando sujeitos que se autogovernam como empresas, investindo em si mesmos, calculando riscos e gerenciando escassez. O salário “ideal” torna-se, assim, um farol

que orienta a conduta individual e a coletiva em direção à eficiência econômica, esvaziando alternativas de organização social que não passem pelo crivo da monetização.

A suposta neutralidade do número, resultado de metodologia “técnica”, mascara seu caráter profundamente político e cultural. Como alerta Santos (2010), a monocultura do saber impede que outras epistemologias – como saberes tradicionais, economias solidárias ou formas comunitárias de partilha, sejam reconhecidas como válidas ou mesmo visíveis. A própria noção de “cesta básica” é eurocêntrica e urbanocêntrica; ignora, por exemplo, modos de vida indígenas ou camponeses, nos quais a alimentação não é primordialmente mediada pelo salário, mas pela relação com a terra, pelos ciclos naturais e por economias de reciprocidade. Ao eleger o modelo urbano-industrial como universal o discurso hegemônico sobre o salário mínimo não apenas apaga alternativas, como também patologiza quem não se enquadra: se você não pode comprar sua cesta básica no mercado é porque sua renda é insuficiente, nunca porque o próprio modelo de consumo e de vida que lhe é imposto é ecologicamente insustentável ou culturalmente alheio.

O papel do jornalismo nesse processo é crucial: ao dar voz majoritariamente aos especialistas e aos números ele reforça a autoridade epistêmica das ciências econômicas e das instituições como o Dieese, silenciando vozes que poderiam contestar ou pluralizar o debate. A governamentalidade, aqui, atua pela via da produção de consenso: não se força ninguém a aceitar o valor de R\$ 6.200, mas cria-se um ambiente discursivo em que esse cálculo aparece como a única resposta racional e possível para o problema da pobreza. Dessa forma, o dispositivo jornalístico-técnico não apenas informa, mas também enforma a realidade, direcionando a imaginação política para soluções dentro do sistema vigente e não para além dele. A consequência é um estreitamento democrático: onde poderiam florescer debates sobre redistribuição radical, soberania alimentar ou decrescimento impõe-se a única pergunta permitida: como ajustar o salário para que todos possam comprar mais no mercado?

Assim, a governamentalidade, como racionalidade política que gere condutas através de mecanismos aparentemente neutros e técnicos, revela-se não como um complemento ao poder, mas como sua expressão mais sofisticada e eficiente nas sociedades contemporâneas. Ela não emana apenas do Estado, mas circula por redes de saber-poder que incluem a mídia,

as instituições de pesquisa e os especialistas, todos colaborando na produção de um sujeito governável: aquele que, mesmo na precariedade, continua a crer que a solução para seus problemas está em melhorar seus números, não em questionar as regras do jogo.

Essa articulação entre subjetivação, objetivação e governamentalidade só se sustenta porque está ancorada em regimes de verdade, nos termos arqueogenalógicos: sistemas que validam determinados enunciados como científicos, objetivos e legítimos. O dado de R\$ 6.200, ainda que calculado, adquire força performativa ao circular como verdade indiscutível, funcionando como operador político na produção de consensos. Ele é, ao mesmo tempo, denúncia da insuficiência do salário vigente e mecanismo de manutenção da racionalidade neoliberal, pois, como afirmam Dardot e Laval (2017), não se trata apenas de governar a economia, mas de governar pela economia. Ao propor soluções como pisos regionais ou vales-estaduais, a notícia desloca a questão da justiça social para o campo da gestão técnica, substituindo o horizonte de direitos universais pela lógica da eficiência localizada, movimento que Brown (2015) identifica como marca da racionalidade neoliberal.

Essa produção de verdade é, portanto, um ato de poder que define o que é real e o que é ilusório, o que é factível e o que é utópico. O número R\$ 6.200 não é apenas um reflexo da realidade, é um instrumento que a constitui, delimitando o imaginário político possível. Ao ser repetido e legitimado por veículos de comunicação e por autoridades se cristaliza como evidência inquestionável, criando um efeito de realidade que orienta políticas, molda expectativas e, sobretudo, naturaliza a premissa de que a dignidade humana é mensurável, transacionável e dependente de ajustes técnicos dentro do sistema vigente. Esse processo exemplifica o que Foucault (2008) chama de “jogos de verdade”: práticas sociais que produzem e distribuem enunciados validados como verdadeiros, os quais, por sua vez, habilitam determinadas formas de exercício do poder.

A proposta de salários mínimos regionalizados, apresentada como solução pragmática, é sintomática dessa racionalidade. Em vez de questionar a estrutura nacional de distribuição de riqueza ou a financeirização da vida, fragmenta-se a luta dos trabalhadores em múltiplas demandas localizadas, criando uma geografia variável de direitos que espelha e reforça as próprias desigualdades regionais que pretende corrigir. Como Brown (2015) argumenta, o

neoliberalismo não é apenas uma política económica, é uma ordem racional que dissolve o político no económico, substituindo a linguagem da justiça pela da eficiência, da solidariedade pela da concorrência, e do bem comum pela gestão de riscos. Nesse direcionamento, a ideia de um salário mínimo nacional digno e unificado, como expressão de um pacto social universal, cede lugar a mecanismos de compensação variável, que tratam a pobreza como um problema de gestão logística e não como uma questão de direitos humanos fundamentais.

Dardot e Laval (2017) aprofundam essa crítica ao demonstrar que a razão neoliberal produz um novo tipo de sujeição: não através da coerção, mas pela internalização da lógica competitiva e pela adaptação permanente às “realidades” do mercado. O número R\$ 6.200, nesse sentido, é um operador dessa subjetivação neoliberal: ele incute, nos indivíduos, a crença de que sua libertação depende de alcançar um patamar numérico específico e não de transformar as relações sociais que produzem a desigualdade. A governamentalidade, desse modo, atua pela fabricação de desejos e aspirações alinhados com a manutenção do sistema. O sujeito governável é aquele que, mesmo indignado com a injustiça, direciona sua energia para reivindicar um ajuste salarial dentro do capitalismo, não para imaginar alternativas a ele.

O discurso jornalístico, ao apresentar essa cifra como “pedagógica” e “técnica”, desempenha um papel chave nesse processo de naturalização. Ele obscurece o fato de que toda medida técnica é também política e que toda definição de “dignidade” carrega consigo um projeto de sociedade. A verdade produzida e circulada pela mídia, longe de ser neutra, é um campo de batalha onde se decide o que é possível pensar e fazer e, sobretudo, o que deve permanecer fora do horizonte do pensável. Portanto, a análise arqueogenética da notícia revela que ela não é simples descrição de fatos, mas prática discursiva que organiza modos de ver, de dizer e de viver. Por objetivar a vida em cifras, subjetivar trabalhadores como corpos carentes e governar populações pela pedagogia do cálculo técnico, o discurso jornalístico participaativamente da produção de uma ordem social em que a dignidade se mede em reais, em horas de trabalho e em calorias consumidas. Mais do que informar, ele atua como tecnologia de poder, sustentando regimes de verdade que naturalizam a equivalência entre vida e mercado, reforçando a monocultura do saber económico e dissolvendo o político na gestão técnica da sobrevivência.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo principal examinar, à luz da perspectiva arqueogenalógica da análise do discurso, as relações de saber-poder presentes na notícia “Palmas precisa de um salário mínimo de R\$ 6.200 para garantir padrão digno de vida, aponta levantamento com base no custo da cesta básica”, publicada pelo Diário Tocantinense. A análise demonstrou que o discurso jornalístico, longe de ser um relato neutro e objetivo, atua como um dispositivo estratégico que produz verdades, conforma subjetividades e naturaliza uma racionalidade governamental de matiz neoliberal. Por meio dos operadores arqueogenalógicos – subjetivação, objetivação e governamentalidade – foi possível compreender os mecanismos pelos quais o texto noticioso converte a experiência complexa da vida em cifras, indicadores e cálculos, esvaziando-a de sua densidade política e histórica.

A investigação revelou, entre outros elementos, que a subjetivação opera pela constituição do trabalhador como sujeito carente, cuja voz é capturada e reinterpretada por especialistas, transformando sofrimentos concretos em diagnósticos técnicos. A objetivação, por sua vez, reduz a dignidade humana a métricas econômicas, naturalizando a lógica de mercado como parâmetro único do bem-viver e responsabilizando individualmente os sujeitos pela própria precariedade. Já a governamentalidade se manifesta na pedagogia do número, que orienta condutas e políticas públicas para dentro dos limites do sistema vigente, substituindo a luta por direitos universais pela gestão técnica da pobreza. Os resultados obtidos confirmam que o valor de R\$ 6.200, ainda que denuncie uma defasagem real, funciona simultaneamente como instrumento de manutenção da ordem neoliberal, pois reforça a monocultura do saber econômico, obscurece alternativas não mercantis de organização social e confina o imaginário político ao ajuste dentro do capitalismo.

Nesse direcionamento, a arqueogenalogia do salário mínimo palmense não se restringe a denunciar um déficit salarial, mas desvela uma engrenagem discursiva mais ampla, que traduz a dignidade em termos monetários, anula a diversidade epistêmica e dissolve o político na administração técnica da vida. Como indicado em “Arqueogenalogias do discurso do Norte” (Soares, 2025), pensar criticamente a discursividade na região Norte, exige deslocar

os olhares das estatísticas e números para as tramas de poder que os sustentam, reconhecendo que cada cálculo e cada índice são também escolhas políticas e epistemológicas que participam da produção de realidades. Consequentemente, o exame realizado contribui para desnaturalizar a retórica da neutralidade técnica, mostrando que, subjacente à aparência objetiva de um dado econômico, há sempre uma racionalidade que organiza a vida, regula corpos e governa populações.

Portanto, a arqueogenalogia do salário mínimo ideal em Palmas revela não apenas uma crise de subsistência, antes, uma crise de imaginário, na qual a própria possibilidade de pensar a dignidade para além do cálculo econômico é sistematicamente silenciada. Retomar a pluralidade de saberes e abrir espaço para epistemologias alternativas constitui, assim, não apenas uma tarefa acadêmica, mas também um gesto político de resistência diante da hegemonia da racionalidade neoliberal. Trata-se de contrapor, à hegemonia da racionalidade econômica, a insurgência de discursos que reclamam a vida digna como horizonte ético coletivo, para além dos índices e das métricas que capturam e domesticam o desejo de transformação social.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

BROWN, Wendy. **Undoing the Demos**: Neoliberalism's Stealth Revolution. New York: Zone Books, 2015.

CAPPELLESSO, Fernanda. Palmas precisa de um salário mínimo de R\$ 6.200 para garantir padrão digno de vida, aponta levantamento com base no custo da cesta básica. **Diário Tocantinense**, Palmas, 22 jul. 2025. Disponível em: <https://diariotocantinense.com.br/2025/07/22/salario-minimo-ideal-palmas-6200/>. Acesso em: 2 set. 2025.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: MOTTA, Manoel Barros (org.). **Ética, sexualidade, política**. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 264-287.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SOARES, Thiago Barbosa; BOUCHER, Damião Francisco. **Projeções discursivas do Norte**: efeitos de resistência, conscientização e consolidação identitária do Tocantins. Campinas, SP: Pontes Editores, 2024.

SOARES, Thiago Barbosa. **Arqueogenealogias do discurso do Norte**: sentidos e sujeitos tocantinenses. Campinas, SP: Pontes Editores, 2025.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

Histórico do artigo:

Submetido: 4 set. 2025 | Aceito: 25 nov. 2025 | Publicado: 10 dez. 2025.